A Acção 8 da Medida Agris

Contributos para uma intervenção territorial e de contrato

Helder Guerreiro

O desenvolvimento de espaços rurais, marginais e de baixa densidade demográfica necessita de uma *intervenção territorial* (considerando um território geográfico de intervenção sem que o mesmo se considere fechado), *integrada* (considerando as diferentes necessidades, estrangulamentos, oportunidades e potencialidades numa lógica territorial de fileira e não sectorial) e de *contrato* (considerando os diferentes usos do espaço e os diferentes saberes importa estabelecer laços de concertação entre os actores locais numa perspectiva de uso sustentável desse espaço).

Ainda dentro da perspectiva de desenvolvimento rural importa considerar a *paisagem rural* pois esta é, por definição, resultado visual dos usos que as diferentes actividades humanas e naturais deram a um determinado espaço, como tal, tem uma carga cultural muito forte e, individualmente, representa a ligação ou a apropriação do homem ao/pelo seu espaço (habitat) de origem.

Se, ao abandono de actividades ancestrais correspondem alterações profundas no uso dos espaços, por conseguinte na paisagem, essas mesmas alterações não podem ser completamente dissociadas dos fenómenos de despovoamento que ocorrem nesses mesmos espaços, por falta de ligação entre o homem e a representação visual do seu espaço.

Hoje o desenvolvimento destes espaços obriga a uma nova perspectiva, não uma perspectiva fatalista de completo despovoamento dos espaços, que, muitas vezes origina tentativas erradas e estéreis de repovoamento e de valorização de um património abandonado e vazio.

Importa olhar para os espaços rurais numa perspectiva positiva de "Desenvolvimento de Baixa Densidade", onde os espaços são providos de vida e dinâmica. Neste contexto deve considerar-se que a tradição não é um conceito estático, muito pelo contrário, a história diz permanentemente que a tradição é mudar, é dar novos usos aos espaços.

Decorrente dessa ideia surge a proposta estratégica de implementar um *centro de valorização da paisagem rural* onde se pretende congregar toda a perspectiva anteriormente exposta, numa única intervenção. Esta designação tem como suporte fundamental seis eixos (I&ED; Formação; Organização da Oferta; Produção; Intervenções Estruturantes; Serviços de Apoio) que se consubstanciam em actividades interligadas entre si, formando uma rede de intervenções que procuram produzir um efeito, tal como na paisagem, donde apenas é dado ao observador externo o resultado global.

Até ao momento, esta proposta de estratégia, integra directamente 38 Agricultores, todos originários do território de intervenção correspondente à área administrativa de nove freguesias do interior do Concelho de Odemira, na costa Sudoeste Alentejana de Portugal.

Este território de intervenção tem uma densidade populacional de aproximadamente 9 Hab./Km², tem uma elevada percentagem de analfabetismo (50% dos agricultores não têm qualquer tipo de escolaridade e mais de 40% só tem o ensino básico) e apresenta uma pirâmide das idades praticamente invertida (a faixa etária predominante é exactamente a que tem uma idade superior a 65 anos, com uma percentagem superior a 40% do total de produtores).

A partir do envolvimento efectivo destes agricultores, no eixo *organização da oferta*, trabalhar-se-ão os restantes eixos da proposta estratégica, considerando que toda ela assenta sobre as novas tendências de revisão da PAC, onde a perspectiva de novas oportunidades de desenvolvimento rural têm na *Multifuncionalidade da Agricultura* o reconhecimento de que *a agricultura desempenha uma função económica (produção)*, *uma função social (fixação da população e promoção do emprego)*, *uma função ambiental (preservação dos recursos)*, *uma função patrimonial (preservação do património cultural, edificado e genético)*, *uma função estética (preservação da paisagem)* e *uma função recreativa e pedagógica (relação espaço rural - urbano)* e muito concretamente deve ser paga para desempenhar/manter essas funções.

Desta intervenção integrada destaca-se, neste momento, a implementação de um trabalho que procura reunir e organizar as produções marginais (hortícolas, frutas e ovos), e transformá-las em oportunidades geradoras de receitas suplementares para estas famílias de agricultores, constituindo um circuito curto de comercialização sob a forma de um cabaz, a que chamámos *Cabaz da Horta*.

O cabaz surge porque permite, para além de vender os produtos, valorizar a sua qualidade, o seu modo de produção e quem os produz aproximando o consumidor do produtor. Sem intermediários pelo meio aos consumidores será permitido e promovido o contacto com as explorações e com os produtores por forma a que desta troca comercial nasça uma troca de saberes e, porque não dize-lo, nasçam novas oportunidades de relacionamento entre os espaços urbanos e rurais.

Tratando-se de uma formula já utilizada noutros espaços, esta experiência traz uma nova dimensão ao assentar sobre uma *abordagem territorial* (as explorações estão concentradas sobre dois vales) e colectiva, como seja, um grupo de produtores com um grupo de consumidores (em todos os casos conhecidos trata-se do relacionamento entre um produtor com um grupo de consumidores) para além de este relacionamento assentar num contrato (Consumidores/Produtores) que prevê o cumprimento de três dimensões inovadoras: <u>Ambiental</u> (Transição colectiva para agricultura biológica e reintrodução de variedades regionais de plantas); <u>Social</u> (Inserção de jovens agricultores); <u>Económica</u> (Valorização qualitativa de uma agricultura sustentável).

Iniciada à cerca de um ano, esta estratégia desenvolvida pela Taipa – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira em parceria directa com a Direcção regional de Agricultura é financiada no âmbito da Medida Agris, Acção 8 – Dinamização do Desenvolvimento Agro-Florestal e Rural.

¹ INDE/Célula de animação da rede Portuguesa LEADER II, Caderno temático IX